



**CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO**

**N.º 10/2015**

**Objecto:**

**DESENVOLVIMENTO DA PRÁTICA DESPORTIVA  
FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**

**Outorgantes:**

- 1. FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE NATAÇÃO**
- 2. ASSOCIAÇÃO DE NATAÇÃO DA MADEIRA**



**CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO**  
**N.º 10/2015**

Considerando, no geral:

- A aprovação da Lei nº 5/2007, de 16 de Janeiro (Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto), que:

- Definiu as bases das políticas de desenvolvimento da Actividade Física e do Desporto;
- Estabeleceu um novo modelo de organização das Federações, Associações Territoriais e Clubes Desportivos;
- Estipulou a obrigatoriedade destas possuírem contabilidade organizada;
- Tornou obrigatória a verificação da situação de cumprimento das suas obrigações fiscais e para com a segurança social;
- Veio estabelecer como regime regra o da existência de contratos-programa.

- A publicação, no desenvolvimento do regime jurídico estabelecido na citada lei, do Decreto-Lei nº 248-B/2008, de 31 de Dezembro, que:

- Definiu o novo Regime Jurídico das Federações Desportivas;
- As condições de atribuição a estas do estatuto de Utilidade Pública Desportiva;
- Clarificou a forma de exercício das funções por parte das Associações territoriais, estabelecendo que estas exercem as suas funções por delegação da Federação;
- Estabeleceu que as Associações territoriais ficam subordinadas às orientações provindas da Federação, a qual dispõe dos meios necessários para fazer valer as suas orientações.

- A publicação do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de Outubro, que:

- Definiu o regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo;
- Estabeleceu que os apoios financeiros atribuídos pelas Federações desportivas às Associações territoriais são obrigatoriamente titulados por contratos-programa de desenvolvimento desportivo, que serão celebrados nos termos do citado diploma;

- Considerando ainda, no concreto:

- O Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, celebrado para o ano de 2015 entre o Instituto Português do Desporto e Juventude e a Federação Portuguesa de



Nata o, tendo por objecto a execu o dos Programas de Desenvolvimento da Pr tica Desportiva, do Enquadramento T cnico, do Alto Rendimento e Selec es Nacionais, e da Forma o que a FPN se prop e levar a efeito,

  celebrado o presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo e delega o de compet ncias na Associa o de Nata o da Madeira, visando o desenvolvimento das disciplinas aqu ticas, e entre outros:

Entre:

A **FEDERA O PORTUGUESA DE NATA O**, adiante designada abreviadamente por FPN, pessoa colectiva n  501 665 056, com sede na Moradia do Complexo do Jamor, Estrada da Costa, Cruz Quebrada, representada neste acto pelo seu Presidente, Ant nio Jos  Rocha Martins da Silva,

e

A **ASSOCIA O DE NATA O DA MADEIRA**, pessoa colectiva n  511 205 350, com sede no Complexo Nata o Desportiva do Funchal, Beco dos  lamos, S.to Ant nio, 9050-021 Funchal, representada neste acto pelo seu Presidente, Avelino da Silva, nos termos das cl usulas seguintes:

## **CL USULA PRIMEIRA**

### **Objecto do contrato**

1. Constitui objecto do presente contrato, conceder   Associa o os apoios financeiros, destinados   execu o do Programa de Desenvolvimento da Pr tica Desportiva e Forma o de Recursos Humanos, visando a complementaridade da execu o, por parte daquela, do Programa de Actividades de Desenvolvimento da Pr tica Desportiva e Forma o de Recursos Humanos, que a FPN apresentou no IPDJ e se prop e levar a cabo no decurso do corrente ano.



2. Para os fins compreendidos no âmbito da presente cláusula, a FPN delega, na Associação, as competências definidas na Cláusula Segunda.
3. Para além das finalidades descritas no nº 1, o presente contrato-programa prossegue os objectivos estabelecidos no artigo 8º do Decreto-Lei nº 273/2009, de 01 de Outubro, com as necessárias adaptações.
4. O conteúdo dos programas de desenvolvimento desportivo a que a Associação se vincula obedece ao disposto nos artigos 11º, 12º e 15º do Decreto-Lei nº 273/2009, de 01 de Outubro, com as necessárias adaptações.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA**

##### **Delegação de competências**

1. Pelo presente contrato a FPN delega na Associação, pelo período definido na Cláusula Terceira, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 31º do Decreto-Lei nº 248-B/2008, de 31 de Dezembro, e no artigo 7º, do nº 3 dos Estatutos da FPN, as competências de organização e promoção da modalidade na sua área de intervenção territorial, para os fins genéricos e específicos na Cláusula Primeira.
2. A Associação está subordinada aos Estatutos e Regulamentos da FPN, bem como às orientações dela emanadas, dispondo a FPN dos meios legais, estatutários e regulamentares necessários para fazer valer essas orientações.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA**

##### **Período de vigência**

1. O presente contrato-programa entra em vigor na data da sua assinatura e seu prazo de execução termina em 31 de Dezembro de 2015.



2. A delegação de competências efectuada e prevista na Cláusula Segunda produz efeitos pelo mesmo período em que vigorar o presente contrato-programa e cessa na mesma data deste último.

#### **CLÁUSULA QUARTA**

##### **Comparticipação Financeira**

1. A participação financeira a prestar pela FPN, à Associação, para apoio às actividades mencionadas no objecto e no âmbito das finalidades aí previstas, designadamente, a execução do Projecto de Desenvolvimento da Prática Desportiva e de Formação de Recursos Humanos, referido na Cláusula Primeira, é do montante de **16.005,35€ (dezassex mil e cinco euros e trinta e cinco cêntimos)** sendo:
  - a) O montante de **14.168,35€ (catorze mil cento e sessenta e oito euros e trinta e cinco cêntimos)** referente à matriz de apoio regional em vigor;
  - b) Um montante até **1.837,00€ (mil oitocentos e trinta e sete euros)** referente à Formação de Recursos Humanos.
2. A alteração dos fins a que se destina a participação financeira prevista neste contrato só poderá ser feita mediante autorização da FPN, com base em proposta fundamentada da Associação.

#### **CLÁUSULA QUINTA**

##### **Disponibilização da participação financeira**

1. A participação referida na alínea a) do n.º 1 da Cláusula Quarta é disponibilizada com os seguintes valores:
  - a) **5.629,13€ (cinco mil seiscentos e vinte e nove euros e treze cêntimos)**, valor global já entregue como adiantamento, referente aos meses de Janeiro a Maio;



- b) **1.219,89€ (mil duzentos e dezanove euros e oitenta e nove cêntimos)** no mês de Junho;
  - c) **7.319,33€ (sete mil trezentos e dezanove euros e trinta e três cêntimos)** no mês de Julho.
2. A comparticipação referida na alínea b) do n.º 1 da Cláusula Quarta será disponibilizada por acção, após a entrega dos relatórios de execução técnica e financeira.

### **CLÁUSULA SEXTA**

#### **Obrigações da Associação**

1. São obrigações da Associação:
- a) Cumprir com todas as finalidades compreendidas no objecto do Contrato e descritas na Cláusula Primeira;
  - b) Executar o plano de actividades e respectivo orçamento, apresentados na FPN, e que constituem objecto do presente contrato, de forma a atingir os objectivos nele expressos;
  - c) Prestar todas as informações bem como apresentar comprovativos da efectiva realização das despesas acerca da execução do presente Contrato de Desenvolvimento Desportivo, sempre que solicitados pela FPN;
  - d) Entregar, até 15 de Fevereiro de 2016, Relatório Desportivo referente ao ano civil de 2015 e Balancete analítico por centro de custo, a 31 de Dezembro de 2015;
  - e) Apresentar até 15 de Novembro de 2015, o Plano de Actividades e Orçamento a desenvolver para o ano civil de 2016, caso pretenda celebrar contrato-programa para esse ano.
2. Constituem, ainda, obrigações especiais da Associação cumprir com todas as obrigações decorrentes dos Estatutos e Regulamentos da FPN, bem como, em especial, as



decorrentes do Decreto-Lei nº 273/2009, de 01 de Outubro, que pelo presente, declara expressamente conhecer.

3. A Associação aceita que a execução do presente contrato-programa está sujeita a fiscalização pelo Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ), ou por quem este designar, nos termos do n.º 2 do art.º 19.º do Decreto-Lei n.º 273/2009 de 1 de Outubro.

### **CLÁUSULA SÉTIMA**

#### **Incumprimento das obrigações da Associação**

1. O incumprimento, por parte da Associação, das obrigações referidas na Cláusula anterior implicará a suspensão dos apoios e participações financeiras e outras, por parte da FPN.
2. O incumprimento do disposto nas alíneas a), b) e d) da Cláusula anterior, por razões não fundamentadas, confere à FPN o direito à resolução do contrato.
3. O incumprimento das obrigações supramencionadas por parte da Associação determina, ainda, a suspensão ou reversão das competências delegadas e mencionadas na Cláusula Segunda.

### **CLÁUSULA OITAVA**

#### **Obrigações da Federação**

São obrigações da FPN prestar os apoios e participações mencionados na Cláusula Quarta, desde que cumpridas as obrigações por parte da Associação, bem como verificar o exacto cumprimento das finalidades do presente contrato e o desenvolvimento do Plano de actividades apresentado pela Associação, procedendo ao auxílio, acompanhamento e controlo da sua execução.



**CLÁUSULA NONA**  
**Cessação do contrato**

1. A vigência do presente contrato cessa:
  - a) Quando estiverem cumpridos os objectivos e concluído o programa de actividades que constituem o seu objecto;
  - b) Quando, por causa não imputável à Associação se torne objectiva e definitivamente impossível a execução do Plano de Actividades;
  - c) Quando a FPN exerça o seu direito de resolver o contrato;
  - d) Com o incumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato por parte da Associação.
  
2. A cessação do contrato efectua-se nos termos do artigo 26º, do nº 2 do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01 de Outubro.
  
3. A cessação do contrato poderá conferir direito de restituição à FPN, nos termos do artigo 29º do Decreto-Lei nº 273/2009, de 01 de Outubro.

**CLÁUSULA DÉCIMA**  
**Publicitação dos apoios**

O presente contrato-programa é publicitado no site da FPN, para cumprimento do dever estabelecido no Dec-Lei nº 273/2009, de 01 de Outubro.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**  
**Casos omissos**

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei.





**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA**  
**Litígios**

Para dirimir quaisquer litígios emergentes da interpretação ou aplicação do presente contrato será competente o Tribunal Cível da Comarca de Oeiras, com expressa renúncia a qualquer outro.

Feito em duplicado, na Cruz Quebrada, em 11 de Junho de 2015

O Presidente da  
Federação Portuguesa de Natação

  
\_\_\_\_\_  
(António Silva)

O Presidente da  
Associação de Natação da Madeira

  
\_\_\_\_\_  
(Avellino da Silva)

ASSOCIAÇÃO de Natação da Madeira  
Beco dos Álamos, 51.º Antena  
9020-021 Funchal - Madeira  
NIPC: 511 265 350